



HISTÓRIA NOVA E HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR

*Amarílio Ferreira Jr.
Márcia Bittar*

Doutores em História Social pela USP (SP) e
professores da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

A partir da década de 30, por influência da fundação do Partido Comunista Brasileiro (1922), surgem as primeiras interpretações marxistas da formação sócio-econômica brasileira. Todavia, em decorrência da sacralização da teoria social de Marx, nos cânones do marxismo-leninismo instituídos pela III Internacional Comunista, essa tendência epistemológica da historiografia consubstanciou a realidade brasileira através de um quadro categorial esquemático estabelecido de forma apriorística. A História Nova do Brasil não negou esse quadro. Deu-lhe um caráter nacionalista com, pelo menos, dois propósitos: desmistificar as falsificações da História do Brasil e servir de instrumento ideológico na luta antiimperialista. Com o golpe militar de 1964, os fascículos da História Nova do Brasil foram proibidos e retirados de circulação. Abateu-se sobre os seus autores toda a sanha repressiva organizada pelo regime militar. Apesar desse destino, a História Nova do Brasil inscreveu-se como uma das correntes da historiografia brasileira contemporânea.

Palavras-chave: História Nova do Brasil; Historiografia; Regime Militar.

From the thirties, influenced by the foundation of the Brazilian Communist Party (1922), arise the first Marxism interpretation of the Brazilian socio-economic formation. However, from consequence of the sacralization of the Marx's social theory, in the canons of Marx-Lenin setted up for the third International Communist, this ephistemologic theory of the historiography consolidated the Brazilian reality through na esquematic categorial table established in a priority way. The New History of Brazil didn't deny this table. It gives it a nationalist character with, at least, two intentions: dismistify the forgeries of the History of Brazil and serve as na ideological instrument for the anti-imperialist fight. With the coup of 1964, the fascicles os Brazil's New History were forbidden and schuded of circulation. Against their authors knocked down all the repressive angry organized by the militaries. In spite of this fade, The New History of Brazil was registered as one of the currents of the contemporary Brazilian historiography.

Keywords: New History of Brazil; Historiography; Military Regime.

INTRODUÇÃO

O aparecimento da História Nova, também conhecida como História Nova do Brasil, no início dos anos 60, deu-se no âmbito de um impasse que combinou três questões pertencentes a um mesmo contexto societário. São elas: a produção historiográfica brasileira; a política nacional do livro didático; e a repressão policial que se abateu sobre o mundo cultural brasileiro após o golpe militar de 1964. Em decorrência do impacto que provocou e das críticas que recebeu, quando do seu aparecimento (1963), a História Nova do Brasil – que havia sido concebida para ser um “livro didático” do ensino secundário – foi considerada até o início da década de 70 como um assunto maldito. Este artigo tem como objetivo assumir uma posição tanto de afirmação quanto de negação em relação a História Nova do Brasil. Para isso, abordaremos o tema, na confluência dos seus nexos, através de um fio condutor que possibilitará, simultaneamente, analisar o seu próprio desenvolvimento e as condições concretas da época em que foi engendrado.

OS PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS

O principal traço que caracterizou a passagem dos anos 50 para os 60 na história contemporânea brasileira foi, sem dúvida, a disputa que as duas mais importantes facções das classes dominantes de então travaram entre si pela conquista da hegemonia política do Estado nacional.

Na esteira da mais antiga tradição do pensamento liberal-conservador brasileiro, de um lado, encontravam-se a tendência sócio-política capitaneada pela União Democrática Nacional, amplos setores da burguesia industrial, latifundiários e estratos das classes médias que propugnavam por um projeto de modernização autoritário para o processo de organização das relações capitalistas de produção. Particularmente privilegiando a via da importação intensiva de capitais industriais/financeiros norte-americanos e com a sua produção voltada para o mercado externo, sem, contudo, patrocinar transformações nas estruturas sócio-econômicas que secularmente davam suporte à formação societária brasileira. No caso da dependência em relação ao capital internacional, Eugênio Gudín, a maior expressão intelectual da tecnocracia militar e civil que empalmou o poder com o golpe militar de 1964, defendia tal posição política assim: “A alegação de que as empresas de capital estrangeiro podem multiplicar-se a ponto de dominar a economia de um país, é uma balela” (Gudin, 1965:218).

Do outro lado, o bloco político plasmado na ideologia do nacional-populismo - liderado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Social Democrático, frações da burguesia industrial e os trabalhadores urbanos e rurais - que defendia o ideário programático recortado pela possibilidade de se desencadear um processo de desenvolvimento capitalista nacional através da superação dos entraves sócio-econômicos herdados do período colonial. Em outros termos: empreendia-se uma estratégia política centrada em dois elementos que se complementavam: (a) aliança política entre a burguesia industrial e o proletariado fabril, classes sociais emergentes desde os anos 30; e (b) execução dos pontos programáticos das Reformas de Base, cuja importância foi defendida pelo presidente João Goulart (1975:460), no famoso comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, nos seguintes termos: “(...) a hora é a hora da reforma, brasileiros, reforma de estruturas, reforma de método, reforma de estilo de trabalho e reforma de objetivo para o povo brasileiro”, isto é, o Presidente da República falava do controle sobre as remessas de lucro das multinacionais, reforma agrária, nacionalização das refinarias de petróleo etc. O desfecho desse impasse político, que culminou no golpe militar de 64, foi analisado por Octávio Ianni assim:

“(...) para compreendermos melhor em que medida o golpe de Estado de 1964 é o fecho de uma sucessão de acontecimentos (orientados no sentido de acelerar a

reintegração do Brasil na esfera da ‘Civilização Ocidental’, como sistema econômico e político) é necessário reconhecer que se havia encerrado o ciclo de industrialização baseado na substituição de importações. Em especial, enquanto modelo de desenvolvimento econômico nacionalista, apoiado amplamente em bases populares e implicando numa política externa independente, o padrão getuliano havia entrado numa encruzilhada” (Ianni, 1978:148).

No auge deste conflito de interesses de classes, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – agência vinculada ao Ministério da Educação e Cultura com a função de elaborar políticas estratégicas para o Governo Federal – desempenhou um papel fundamental. O historiador Nelson Werneck Sodré, um dos seus fundadores na segunda metade da década de 50, analisando o desempenho do Instituto Superior de Estudos Brasileiros concluiu que:

“(...) o ISEB evoluiu, e nele se travou logo a luta entre partidários do desenvolvimento tendo como única saída o capital estrangeiro, e partidários do desenvolvimento tendo como saída o capital nacional. O cabeça da primeira orientação foi o economista Roberto de Oliveira Campos, membro do Conselho Curador, e que jamais escondeu a sua posição antinacionalista. Entre as duas correntes, por longo tempo, pretendendo conciliar os antípodas, ficou balançando o professor Hélio Jaguaribe” (Sodré, 1977:131).

O grupo de historiadores que concebeu os fascículos da História Nova do Brasil era vinculado ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Além de Nelson Werneck Sodré, encarregado da parte brasileira no Departamento de História, o grupo era formado pelos seguintes historiadores: Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubens César Fernandes.

A História Nova do Brasil, enquanto produção científico-cultural, foi produzida, portanto, num contexto conjuntural crucial da história da sociedade brasileira republicana. Neste momento, a História Nova do Brasil serviu como um dos instrumentos ideológicos que incrementou ainda mais a luta entre essas duas facções sócio-políticas, na medida que efetivou uma síntese interpretativa da história do Brasil segundo interesses políticos da facção nacional-populista. Pedro de Alcântara Figueira, um dos autores da História Nova do Brasil, referindo-se à simbiose entre marxismo e nacionalismo que marcou os pressupostos teóricos daquela concepção da História do Brasil, afirmou que: “Com o nacionalismo, nós nos afastamos de tudo o que era real. E o marxismo, nós o reduzimos ao nacionalismo. Ficamos, na verdade, órfãos tanto de história quanto de teoria” (Santos et al., 1993:43).

Assim sendo, a História Nova do Brasil foi produzida a partir de fundamentos teóricos interpretativos pré-concebidos. Em outras palavras: os historiadores que conceberam a História Nova do Brasil estavam situados num dos vários matizes ideológicos que compunham o largo espectro do mundo político nacional. Portanto, a História Nova do Brasil constituiu-se num amálgama entre uma fundamentação ideológica nacionalista, de cunho marxista, e a interpretação histórica dos principais acontecimentos que marcaram o processo de formação da sociedade brasileira.

A HISTÓRIA NOVA NO CENÁRIO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA ÉPOCA

Quando os historiadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros re-digiram, na primeira metade da década de 60, os primeiros fascículos da História Nova, a produção historiográfica brasileira, grosso modo, poderia ser mapeada a partir da influência de duas grandes tendências epistemológicas.

Em primeiro lugar, a corrente engendrada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, uma das principais agências ideológicas de sustentação da ordem imperial. Os vínculos de organicidade entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Estado imperial podem ser aquilatados pelo grau de dependência econômica do primeiro em relação ao segundo. Schwarcz nos dá conta de que:

“(…) desde o início das atividades do IHGB o Estado representava com seus donativos 75% do orçamento, a partir dos anos 40 o imperador passará não só a auxiliar financeiramente o Instituto como a participar assiduamente das reuniões, presidindo seções durante quarenta anos (de 1849 a 1889)” (Schwarcz, 1989:8).

A plêiade de historiadores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dos tempos do 2º Reinado - que estabeleceu os primórdios de uma interpretação da história brasileira principalmente correspondente aos períodos da Colônia e da Independência - defendia uma concepção da história positiva/factual escrita de forma patriótica e laudatória. Neste sentido, José Honório Rodrigues referindo-se a alguns destes historiadores afirmou que:

“Os principais continuadores de Capistrano, Rodolfo Garcia e Afonso Taunay, seguiram mais a corrente do puro revisionismo factual. O primeiro, com sua excepcional erudição, preparo histórico e bibliográfico, corrigiu e ampliou a **História Geral**. O segundo preferiu, seguindo ainda o caminho apontado por

Capistrano, preencher a grande lacuna evidente naquela História” (Rodrigues, 1970:168).

Há mais, porém:

“Por volta de 1900 são ainda mais evidentes os estímulos da literatura histórica germânica. Agora é nos métodos de seminário de Ranke e na doutrina antropogeográfica de Ratzel que vai buscar os elementos de investigação e interpretação dos fatos” (Rodrigues, 1970:178).

No mesmo sentido da crítica estabelecida por José Honório Rodrigues, o historiador Carlos Guilherme Mota, na sua obra **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**, considerou que:

“A historiografia da elite oligárquica, empenhada na valorização dos efeitos dos heróis da raça branca, e representada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado em 1838), vai ser contestada de maneira radical por um conjunto de autores que representarão os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros do conhecimento do Brasil e de seu passado. Esse momento é marcado pelo surgimento das obras de Caio Prado Júnior (1933), Sérgio Buarque de Hollanda (1936) e Roberto Simonsen (1937)” (Rodrigues, 1977:28).

A segunda tendência historiográfica trazia a marca do materialismo histórico. Começou a produzir as suas primeiras explicações do processo de formação da nossa sociedade após a fundação do Partido Comunista Brasileiro, no início da década de 20. Octávio Ianni, analisando o impacto causado pela obra de Caio Prado Jr., fundador desta nova corrente historiográfica, ponderou que:

“Na interpretação dialética da história da sociedade brasileira, a reflexão lida particularmente com as relações, os processos e as estruturas que constituem as configurações sociais de vida. Configurações essas que se expressam em realidade sociais, econômicas, políticas, culturais e outras, conforme a época e o lugar, a pompa e a circunstância. As figuras históricas, as cronologias e as façanhas registradas na historiografia oficial e oficiosa são recriadas à luz das formas de vida e trabalho” (1989:65).

Do mesmo modo, Florestan Fernandes também aponta um sentido de ruptura na historiografia nacional quando do aparecimento das primeiras interpretações marxistas da formação sócio-econômica brasileira, pois:

“Como historiador, Caio Prado Júnior preocupava-se em cobrir as lacunas da história descritiva da maioria dos cultores da matéria, e de corrigir as armadilhas das obras de síntese histórica, algumas de alta qualidade, que prevaleciam naquele momento. Como marxista, pretendia forjar uma obra-mestra, que servisse de fundamento para que as correntes socialistas e democráticas (especialmente o PCB) pudessem formular uma representação sólida das debilidades, do trajeto e dos objetivos específicos da revolução brasileira” (Fernandes, 1991:6-5).

A História Nova do Brasil situa-se no âmbito desse quadro geral da historiografia brasileira. Mais precisamente, ela se constitui numa das interpretações derivadas da concepção marxista da história no Brasil e inscreve-se no contexto das divergências epistemológicas que fundamentavam as duas formas de produção do conhecimento histórico sobre o processo de formação da sociedade brasileira. Melhor: nasceu com a característica de ser um projeto “político, ideológico, engajado e militante” (Maranhão, 1994:24). Além disso, pretendia estabelecer uma crítica às interpretações efetivadas pelas gerações de historiadores afiliados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Todos os autores da História Nova haviam recebido nos bancos da antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, um ensino calcado na concepção positivista, tal como esclareceu Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto:

“Como estudantes da FNF*i* tivemos uma precaríssima formação acadêmica, especialmente no que concerne ao aprendizado da História de nosso país. A cadeira de História do Brasil era dirigida por um medíocre professor que nos obrigava a memorizar para o exame os fatos mais irrelevantes, mas que compunham a ‘sua’ História do Brasil. Seu curso, de dois anos, era somente seu livro: um catatau de **évènementiel** sem importância. Hélio Viana, este o seu nome, era uma pessoa correta, distinta mesmo, e monarquista. Sempre senti vontade de gritar ‘Viva a República’ em uma de suas aulas, que começavam e terminavam pontualmente, sem que por um instante sequer ele interrompesse sua peroração. Em suma, um pequeno mártirio...” (Santos et al., 1993:52-53).

A História Nova do Brasil, como uma das interpretações marxistas da nossa historiografia, teve uma especificidade. O seu traço distintivo é marcado pelo desequilíbrio existente entre o forte tom nacionalista e a ausência de uma pesquisa sistemática das fontes históricas. A ausência das fontes clássicas pode ser constatada no depoimento de Pedro de Alcântara Figueira ao editor Cláudio Giordano das Edições Loyola, em 1993: “não cabiam nestas caracterizações verdadeiras jóias documentais – verdadeiras obras-primas, poderíamos até dizer – como **Opulência do Brasil** de Antonil, **Diálogos das Grandezas do Brasil**, a excelente obra de Gândavo, e tantos outros” (Santos et al., 1993:42). Por isso, qualquer análise a seu respeito suscita a seguinte questão: seria a História Nova do Brasil uma filosofia da história? Os argumentos, a favor e contra, proporcionaram uma fecunda polêmica no âmbito da historiografia brasileira contemporânea. Em relação a esse debate, a nossa interpretação está

assentada no princípio epistemológico segundo o qual é impossível produzir conhecimento no campo científico das ciências humanas sem o concurso da ideologia, mesmo quando se tem claro que a ideologia também existe para esconder as evidências históricas. Por outro lado, é fato que as ciências humanas, para lograrem êxito nas suas empreitadas, precisam de uma sistemática e lógica pesquisa empírica para alcançar o *status* científico dos seus campos de conhecimento. Essa ambivalência dialética, ou seja, as contradições existentes entre a aparência do mundo fenomênico (que pode ser tomado como uma representação ideológica) e a sua essência orgânica (sempre apresentada como verdade científica) foi interpretada por Karel Kosik nos seguintes termos:

“Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível. (...) Por conseguinte, a diferença que separa fenômeno e essência equivale à diferença entre irreal e real, ou entre duas ordens diversas de realidade? A essência é mais real do que o fenômeno? A realidade é a unidade do fenômeno e da essência. Por isso a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno, e o fenômeno tanto quanto a essência, no caso em que se apresentem isolados e, em tal isolamento, sejam considerados como a única ou ‘autêntica’ realidade” (Kosik, 1976:12).

Em se tratando do campo científico das ciências humanas é de se indagar por que essa questão se coloca de maneira central? A resposta é que as ciências humanas têm como objeto do conhecimento exatamente as relações sociais que os homens travam entre si e com a natureza, tanto no processo de produção da riqueza material quanto nas manifestações espirituais que consubstanciam a existência destes mesmos homens. Os historiadores da História Nova do Brasil eram cientes deste primado filosófico. Tanto foi assim que produziram uma interpretação que levava em consideração os elementos econômicos, sociais, políticos e ideológicos determinantes da sua época. Elaboraram uma concepção marxista da História do Brasil que considerava o mundo subjetivo da sociedade brasileira das décadas de 50 e 60, ou seja, marcado pela concepção de mundo centrada no nacional-populismo.

Mais tarde, a partir da década de 80, ganhou visibilidade no âmbito da historiografia brasileira uma terceira tendência, cujo estêncil está fundado nos pressupostos teóricos da *École des Annales*. A corrente historiográfica francesa, segundo os seus adeptos, veio cobrir as lacunas deixadas pelas duas mais tradicionais correntes – positivismo e marxismo – no campo da pesquisa em história. Essa nova forma de produção manifestou-se, particularmente, através

dos matizes que tomaram expressão nas “mentalidades” e “cotidiano”. Interpretando as influências da Nova História no campo historiográfico brasileiro, o historiador Luiz Felipe de Alencastro argumentou que:

“A discussão, na França, se dá num terreno bem balizado, com a retaguarda de uma historiografia bem estabelecida, um ensino de história muito eficaz no secundário e nas universidades e uma história positivista muito bem sedimentada, com datas, personagens etc. Quando, a ‘École des Annales’ começou a combater isso, já antes da Segunda Guerra, ninguém pensou, como se faz por aqui, que as datas não tinham a menor importância. É um mal-entendido sem tamanho. Nenhum desses grandes historiadores franceses, como o Jacques Le Goff, o Duby e outro, é só especialista em mentalidades. São também especialistas em história econômica e história política. A base deles é essa. Sem levar isso em conta, no Brasil se perdeu a idéia de ‘última instância’” (Alencastro, 1994:6-8).

O relativo declínio que a concepção marxista da história sofre hoje no âmbito da historiografia brasileira e a ascensão dos *Annales* devem-se, entre outros fatores, à crise que assola o próprio marxismo após o colapso do chamado “socialismo real”, bem como às interpretações equivocadas efetivadas entre nós. Neste sentido, os próprios autores da História Nova do Brasil, em certa medida, empreenderam um exame crítico sobre a sua produção. Mas, de maneira apropriada afirmou Joel Rufino dos Santos (1993:17), um dos seus protagonistas: “A **História Nova** é, portanto, produto de um momento histórico – o início dos anos sessenta, sinalizada pelo governo Goulart – e de um novo **conteúdo de idéias** – assinalado pela emergência no Brasil do materialismo histórico”.

ASPECTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO NO PÓS-64

O projeto editorial da História Nova do Brasil tinha a pretensão de abarcar os principais períodos da história do Brasil; entretanto, em decorrência do golpe militar de 64 a proposta original foi prejudicada. Pelo plano da Campanha de Assistência ao Estudante, órgão do Ministério da Educação e Cultura responsável pela compra dos livros didáticos, concluiu-se a publicação apenas das partes referentes aos períodos da Colônia e do Império. Já na proposta da Editora Brasiliense (1965) imprimiu-se apenas o volume 1, correspondente ao período colonial. A Campanha de Assistência ao Estudante, no contexto da política adotada pelo governo João Goulart, tinha interesse na

“(…) publicação de monografias que permitissem a renovação dos estudos de História no nível médio. A situação desse ensino era lastimável, reconhecidamente: nele a História não passava de mero arrolamento de dados, de mistura com algumas anedotas, desprovida a matéria de qualquer interesse” (Sodré, 1965:30).

O objetivo da Campanha de Assistência ao Estudante combinava com o da “**turma** do ISEB”, ou seja, a produção de livros didáticos de História do Brasil para um público-alvo bem definido: “o professor secundário a quem a História Nova libertaria da história factual e mitificada” (Santos et al., 1993:16). Para tanto, o governo João Goulart, em fevereiro de 1964, havia promulgado o Decreto nº 53.583 que dispunha sobre a edição de livros didáticos. O Artigo 2º do referido Decreto estabelecia que:

“Os livros didáticos editados pelo Ministério da Educação e Cultura serão obrigatoriamente incluídos pelos estabelecimentos de ensino, público e particulares, entre os que forem selecionados para as diferentes disciplinas e séries” (Brasil, 1964:171).

Com a ruptura constitucional de 64, a História Nova do Brasil passou a sofrer um processo de perseguição por parte do regime militar. O historiador Nelson Werneck Sodré, um dos autores da obra, descreveu o processo de repressão política contra ela da seguinte forma:

“É preciso considerar antes de tudo, que a História Nova do Brasil é talvez a obra científica que em todos os tempos, aqui, foi mais acusada de inferior e, entretanto, mais mereceu ‘pareceres’. Sobre essa coisa desimportante, errada, desqualificada, manifestaram-se em ‘pareceres’ o Estado Maior do Exército, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Comissão Nacional do Livro didático, etc. É muita força para tanta fraqueza. Além disso, apreenderam duas edições dela, a oficial e a particular; exilaram ou prenderam os seus autores e muita coisa mais. Parece, pois, que a obra não é assim tão insignificante” (Santos et al., 1993:103-104).

O resultado da campanha ideopolítica contra a História Nova do Brasil culminou com o Decreto nº 53.887, de 14 de abril de 1964, portanto menos de quinze dias após o golpe de Estado que depusera o presidente João Goulart. Esse Decreto dispunha sobre edição de livros didáticos e revogava o Decreto nº 53.583, de fevereiro de 1964. O Artigo nº 2, do Decreto de abril de 64, estabelecia o seguinte quanto aos livros didáticos: “A Campanha Nacional de Material de Ensino fará a publicação e distribuição de livros didáticos, de acordo com escala prioritária previamente aprovada pelo Conselho Federal de Educação” (Brasil, 1964:345). É claro que a História Nova do Brasil não fazia

parte da “escala prioritária previamente aprovada pelo Conselho Federal de Educação”! No mais, a pressa com que o regime militar agiu em relação à política do livro didático adotada pelo governo João Goulart demonstra claramente que o seu escopo principal era tirar de circulação a produção historiográfica do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Nos primeiros dias após o golpe de Estado de 1964, as forças sócio-políticas que empalmaram o poder se encarregaram quase que exclusivamente de reprimir, pela violência policial-militar, o que elas chamavam de os principais “focos de agitação subversivos” a serviço do governo deposto. Portanto, a História Nova do Brasil estava incluída nas primeiras listas dos principais inimigos do regime militar.

Além disso, durante a vigência do regime militar (1964-1985) a História do Brasil se transformou em Estudos Sociais. Tal disciplina escolar englobava “um conjunto muito vasto de conhecimentos: noções de Sociologia e Ciência Política, Geografia, Moral e Civismo, além de conhecimentos históricos” (Cerqueira Filho & Neder, 1978:206). Analisando a qualidade dos conteúdos dos livros didáticos aprovados pelo Instituto Nacional do Livro, na década de 70 e utilizados na rede de ensino estadual do Rio de Janeiro, os autores em questão, concluíram que:

“A História do Brasil assim apresentada nos remete a um discurso unilateral da classe dominante. Discurso que se quer impor e legitimar como um discurso da vitória. A integração e a conciliação são componentes deste discurso que ora se apresenta explícito (manifesto), ora se apresenta difuso, com o conteúdo implícito (latente)” (Cerqueira Filho & Neder, 1978:206).

Deste modo, o ensino de História do Brasil durante o regime militar além de ter servido de correia de transmissão ideológica para os propósitos da chamada “Lei de Segurança Nacional”, anulou-se, como disciplina, na geléia geral dos Estudos Sociais. Assim ministrada, a História do Brasil era “analisada e enfocada pelo ângulo do pitoresco, do exótico, do diferente, do singular” (Cerqueira Filho & Neder, 1978:219).

Essa situação geral do livro didático só começou a se alterar no final da década de 70. Após as derrotas eleitorais da Aliança Renovadora Nacional para o Movimento Democrático Brasileiro (1974 e 1978), os movimentos grevistas dos metalúrgicos do ABC paulista (1978, 1979 e 1980), a anistia política (1979) e a reforma partidária (1979) a sociedade civil brasileira iniciou um processo de deslocamento da órbita política organizada pela estrutura jurídica autoritária erigida

pelo regime militar. O curso de autonomização política da sociedade civil, nessa época, também chegou à esfera do livro didático. Exemplo desta mudança foi a publicação do excelente **História da Sociedade Brasileira**, de Francisco Alencar, Lúcia Carpi e Marcus Venício Ribeiro, ainda em 1979, um marco na produção historiográfica destinada ao ensino secundário brasileiro.

A REPRESSÃO POLICIAL CONTRA A HISTÓRIA NOVA DO BRASIL

A História Nova do Brasil foi um produto ideológico do seu tempo, tempo do marxismo configurado pelo denominado “socialismo real”, ou seja, da sacralização da teoria social de Marx nos cânones do leninismo instituído por Stálin. Entre esses e outros motivos, despertou o ódio e a pequenez dos alcagüetes intelectuais nos primeiros tempos da repressão policial perpetrada pela ditadura militar. Em meio a essa prática, por exemplo, Américo Jacobina Lacombe, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e antigo dirigente integralista, constituiu-se num dos maiores inimigos da empreitada intelectual capitaneada por Nelson Werneck Sodré, cujo escopo principal era produzir uma *História Nova do Brasil* comprometida com um projeto societário diferente daquele em curso. Sobre o processo repressivo que vitimou a História Nova, o historiador Ricardo Maranhão (1994:26) comentou que:

“(...) ela foi recolhida, foi queimada, jogada fora, transformada em sucata. Ter História Nova em casa, de 1964 em diante, até meados de 1970, foi sempre argumento para aqueles famosos juizes militares, quando prendiam um cidadão suspeito de ser suspeito” (Maranhão, 1994:26).

As preocupações ideológicas do regime militar com a produção historiográfica do Instituto Superior de Estudos Brasileiros chegou mesmo às hostes do Palácio do Planalto. Durante o período de maior “repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história republicana” (Arns, 1985:63), o general-presidente Emílio Garrastazu Médici, em visita ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assim se referiu à produção historiográfica do Instituto Superior de Estudos Brasileiros:

“Ainda temos memória e indignação para a safra, em nosso país, da História engajada, de senso ultrapragmático, a serviço da dialética marxista, vergando as verdades do passado ao peso dos interesses do presente, forjando uma “História Nova”, dócil à ideologia que a História mesma provou repudiada sempre pelo povo brasileiro e recrutando, entre professores de História, o grupo de maior

efeito multiplicador no processo de mobilização e contaminação da mente universitária brasileira” (Médici, 1971:64).

Apesar de sua importância, a História Nova do Brasil não pode ser considerada como um marco divisor na história da História do Brasil como queria Nelson Werneck Sodré quando afirmava: “na historiografia brasileira, daqui por diante, há duas fases: antes da **História Nova** e depois dela” (1965:83). Entretanto, uma questão há de ser reconhecida: a História Nova do Brasil despertou contra si a fúria obscurantista da ordem jurídica implantada pelo golpe militar de 1964. Neste sentido, ela é um marco da cultura brasileira contemporânea, não só porque representou um momento de resistência antiditatorial, mas, sobretudo, porque empreendeu uma tentativa concreta de democratização do conhecimento histórico no âmbito das classes subalternas. Principalmente se considerarmos o fato, extremamente relevante no nosso processo de formação cultural, de que o Brasil até a década de 70 era praticamente uma sociedade desescolarizada. Melhor: as escolas que existiam eram escolas destinadas às elites dirigentes, seja no período colonial com os colégios jesuíticos, seja com os “anos dourados”, nas décadas de 40, 50 e 60, da escola estatal republicana.

CONCLUSÃO

É impossível pensar a história da humanidade sem as condições impostas tanto pelas necessidades objetivas da existência material, através das relações sociais de produção, quanto as manifestações subjetivas da liberdade de expressão, plasmada pelo mundo das idéias, como genuínas criações dos homens no processo de construção das suas organizações societárias. István Mészáros, analisando a dimensão histórica do objetivo e do subjetivo nas relações sociais humanas, concluiu que:

“O homem tanto é **homo faber** quanto **homo sapiens**, e assim inseparavelmente. Ao mesmo tempo, as idéias que não são mediadas para a base material da vida social, através das atividades vitais dos indivíduos que constituem a sociedade, não são, de forma alguma, ativas; ao contrário, são relíquias sem vida de uma época passada. E uma vez que os indivíduos operam em determinados contextos sociais, eles têm de mediar suas idéias de uma forma institucional apropriada à natureza dos problemas envolvidos” (Mészáros, 1993:210).

A ideologia também se coloca como uma das principais expressões do mundo das idéias, responsável pela formação da espiritualidade humana. Portanto, a ideologia, em determinado momento do contexto de uma sociedade

historicamente dada, ocupa um papel ativo no âmbito das relações dialéticas que se estabelecem entre a base e superestrutura, ou seja, as relações dialéticas existentes entre forças produtivas, relações de produção e o ilimitado campo das idéias. Mesmo quando essa ideologia materializa-se a partir de uma compreensão nacionalista das relações capitalistas de produção. Aliás, o próprio Marx computou um papel de destaque da ideologia nas estruturas formativas da totalidade histórica capitalista, tal como ilustra esse trecho do famoso prefácio da obra **Para a Crítica da Economia Política**:

“Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim” (Marx, 1978:130).

É neste sentido que devemos compreender, no contexto histórico brasileiro após a década de 30, a manifestação do nacional-populismo. O nacionalismo foi o invólucro ideológico que revestiu o modelo estatal getuliano de desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil e, de certa forma, a História Nova do Brasil foi a expressão dessa mesma ideologia no campo do conhecimento histórico.

A acusação de que a História Nova é uma anomalia no âmbito da nossa historiografia, particularmente porque efetivou um amálgama entre o nacionalismo e a concepção marxista da história, não leva em consideração a realidade concreta da sociedade capitalista brasileira à época. O nacional-populismo foi o caminho pelo qual efetivamente se realizou a “revolução burguesa” no Brasil. Há que se levar em conta ainda o fato histórico de que o processo de consolidação das relações capitalistas de produção, entre nós, não se deu mediante uma revolução burguesa nos moldes clássicos, do tipo francesa. E que, em função disso, a burguesia, cuja gestação se deu nas entranhas do Estado nacional, com “medo” do próprio capital e do proletariado, traiu o seu itinerário revolucionário pela via das alianças espúrias. Ambas as classes, tal como se manifestaram concretamente, são protagonistas sociais fundamentais do processo histórico singular assumido pela sociedade capitalista brasileira e, conseqüentemente, produtos históricos deste mesmo capitalismo; portanto, com todos os seus “desvios ideológicos”. E mais: não existe um modelo único de

desenvolvimento da formação sócio-econômica capitalista. Qualquer tentativa de se estabelecer paradigma perfeito de formação societária capitalista acaba por desembocar numa concepção semelhante à filosofia da história de Hegel. Para Hegel, por exemplo, o Estado burguês, do tipo prussiano, representava a encarnação do Espírito universal, portanto, era perfeito. Por conseguinte, é nesta perspectiva que a concepção hegeliana teleológica da história chega a propugnar o fim da própria história (1995:79). Deste modo, o viés nacionalista que plasmou a História Nova estava em perfeita sintonia com o caráter nacionalista que a materialização do capitalismo assumiu na terra brasílica.

De resto, temos de considerar que, se por um lado, os pressupostos ideológicos nacionalistas da História Nova do Brasil produziram uma compreensão mutilada da formação social brasileira, pois, relegou a investigação sistemática das fontes históricas para um segundo plano; por outro, ela correspondia em exata medida a uma das concepções ideológicas que disputavam a hegemonia política do Estado nacional naquela determinada etapa do contexto histórico do desenvolvimento capitalista no Brasil. Desta forma, a História Nova do Brasil acabou por produzir uma concepção histórica fechada do processo formativo da sociedade brasileira. István Mészáros criticando as formas fechadas de se conceber a história alertou para fato de que:

“(...) as tentativas de produzir sistemas de explicação histórica nitidamente fechados e encerrados em si próprios resultam, ou em alguma redução arbitrária da complexidade das ações humanas à simplicidade grosseira de determinações mecânicas, ou na superação idealística de um tipo ou outro de **transcendentalismo a priori à imanência** do desenvolvimento humano” (Mészáros, 1993:168).

Além do mais, a atividade científica no campo das ciências humanas, na qual se encontra a história, não se realiza sem o concurso também dos pressupostos teóricos da ideologia. José Honório Rodrigues, na sua obra **História e Historiografia**, analisando a influência da ideologia na história vaticinou o seguinte:

“Todos sabemos hoje que não existe história sem teoria ou ideologia histórica. A necessidade de reescrever a história corresponde a esta verdade. A atitude de cada século em face da herança comum representa um fenômeno novo que a geração seguinte deverá vencer. Nisto reside o desafio que a história provoca, pois, cada época incorpora a forma e o espírito de sua idade. Daí o caráter provisório e relativo do saber histórico, daí também seu conteúdo ideológico” (Rodrigues, 1970:153).

A História Nova do Brasil, segundo Nelson Werneck Sodré, tinha um caráter ensaístico (Santos et al., 1993:33). E é precisamente essa característica que lhe dá um forte sentido ideológico enquanto produção historiográfica. Assim, sendo foi concebida levando muito mais em consideração os pressupostos teóricos interpretativos formulados pelo marxismo-leninismo do que as fontes empíricas clássicas da História do Brasil. Contudo, a iniciativa liderada pelos historiadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, na primeira metade da década de 60, é um marco importante e como tal não pode ser esquecida no debate sobre a história da História do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Entrevista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 dez. 1994. Caderno 6, p. 7-8.
- ARNS, D. Paulo Evaristo (Prefaciador). *Brasil: nunca mais; um relato para a história*. 11ª ed. Petrópolis, Vozes, 1985. 312 p.
- BRASIL. Poder Executivo. Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964. Dispõe sobre edição de livros didáticos, dando outras providências. In: BOBBIO, Pedro Vicente. *Lex*; coletânea de legislação. São Paulo: Lex Ltda Editora, 1964. p.171.
- BRASIL. Poder Executivo. Decreto nº 53.887, de 14 de abril de 1964. Dispõe sobre edição de livros didáticos e revoga o Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964. In: BOBBIO, Pedro Vicente. *Lex*; coletânea de legislação. São Paulo: Lex Ltda Editora, 1964. p. 345.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio; NEDER, Gizlene. Conciliação e violência na História do Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira*, 2: p. 189-227, ago. 1978.
- FERNANDES, Florestan. Obra de Caio Prado nasce da rebeldia moral. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 set. 1991. Caderno 6, p. 5.
- GOULART, João. Comício das Reformas. In: SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 457-466.
- GUDIN, Eugênio. *Análise de problemas brasileiros* (coletânea de artigos – 1958/1964). Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1965. 512 p.
- HEGEL, G. W. F. *A razão na história*; introdução à filosofia da história universal. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995. 223 p.
- IANNI, Octávio. A dialética da história. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *História e ideal*; ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Brasiliense et al., 1989. p. 63-78.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978. 223 p.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2ª ed. Tradução: Célia Neves et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 229 p.
- MARANHÃO, Ricardo. História Nova do Brasil. *Princípios*, São Paulo, p. 22-26, ago.-set.-out., 1994.

- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Tradução: José Carlos Bruni et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 404 p. (Coleção os Pensadores).
- MÉDICI, Emílio Garrastazu. Não se governa sem história. In: _____. *A verdadeira paz*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1971. p. 61-66.
- MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*; ensaios de negação e afirmação. Tradução: Laboratório de Tradução do CENEX/FALE/UFMG. São Paulo: Ensaio, 1993. 287 p.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*; pontos de partida para uma revisão histórica. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1977. 303 p.
- RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970. 306 p.
- SANTOS, Joel Rufino dos et al. *História Nova do Brasil (1963-1993)*. São Paulo: Edições Loyola, 1993. 212 p. (Memória - 18).
- SCHWARCZ, Lilia K. M. *Os guardiões da nossa história oficial*; os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP, 1989. 79 p.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da História Nova. *Revista Civilização Brasileira*, 3: p. 27-40, jul. 1965.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da História Nova II. *Revista Civilização Brasileira*, 4: p. 71-84, set. 1965.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. 258 p.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História do ISEB. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1: p.101-119, 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História do ISEB - 2. Crise. *Temas de Ciências Humanas*, 2: p.119-143, 1977.